



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ACTA NÚMERO TREZE

Aos doze dias do mês de Dezembro de dois mil e três, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em Sessão Ordinária, para o que tinha sido convocada pelo seu Presidente, nos termos da Lei, a Assembleia Municipal deste Concelho, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1. Aprovação da acta da sessão anterior;**
- 2. Período de antes da ordem do Dia**
- 3. Período da Ordem do Dia:**
 - 3.1 Apreciação e aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2004.**
 - 3.2 Aprovação das Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis - Nº 1 do Artº 112º - Capítulo X - Decreto-Lei nº 287/2003 de 12 de Novembro.**
 - 3.3 Autorização para a contratação de empréstimo no valor de 88.011,00 €, conforme comunicação da DGAL.**
- 4. Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Concelho.**

Aberta a sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal endereçou os cumprimentos a todos os presentes e aos munícipes presentes nesta Assembleia.

Estavam presentes os seguintes Senhores Deputados:

Irene Paixão dos Santos Leitão, João Adelino Paixão Salvado, Albino Saraiva Cardoso, Carlos Manuel Abrantes Ferrão, Umberto Massano Leitão, João Lucas Leitão, Germano de Jesus Mamede Cleto, António Lívio Martins Roque, Germano da Graça Morais, Lúcia Fernandes Almeida Paiva, José Gabriel Cleto Lopes da Rosa, João Clara de Ascensão, Fernanda Isento Pereira, José Manuel Novo de Matos, Luís Inês Ferrão, José Quaresma Domingos, Francisco Martins Lucas e Joaquim Fernandes Albuquerque.

Foram considerados de acordo com a Lei os pedidos de substituição previamente solicitados pelos Senhores Deputados, José Fernando Carona Leitão e Delfina da Graça Matos Guedes Monteiro.

O Senhor Presidente da Assembleia começou por informar todos os presentes de que iria ser posta à votação a acta nº 11, referente à reunião desta Assembleia realizada no dia vinte e sete de Junho de 2003.

O Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso usou da palavra para referir que a mesma enfermava de vários vícios, conforme o já tinha dito na reunião desta Assembleia realizada em 26 de Setembro de 2003.

O Senhor Presidente informou de que na última Assembleia (entenda-se a sessão de 26/09/2003), ficou decidido que os senhores deputados deviam fazer chegar a esta Assembleia as correcções que entendessem ser necessárias efectuar àquela acta nº 11.

O Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso referiu que não terá sido esse o entendimento retirado da última reunião, pois foi-lhe transmitido que as gravações



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

realizadas iriam ser novamente ouvidas e assim efectuadas as correcções à acta nº 11.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão interveio para corroborar no essencial o entendimento do Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso. Acrescentou ainda a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão que apenas não fez chegar à Assembleia as suas correcções, porque esperou que lhe fosse enviada a acta devidamente corrigida, após nova audição da gravação, e só depois, caso entendesse serem necessárias novas correcções, as faria chegar à Assembleia, para que a acta fosse novamente corrigida.

O Senhor Deputado João Adelino Paixão Salvado interveio para referir que o entendido foi apenas e tão só, que cada deputado deveria fazer chegar logo que possível as correcções à acta em questão.

O Senhor Presidente da Assembleia, relativamente ao assunto que vem sendo tratado, informou que inicialmente apenas se sugeriu que fossem ouvidas as cassetes, mas depois disso, o combinado foi que, por ser mais coerente, os vários deputados deveriam enviar para a Assembleia as suas intervenções para se fazerem as correcções pretendidas.

O Senhor Deputado João Lucas Leitão referiu que tudo o que se estava a passar se devia a um mal entendido, sugerindo então que se ultrapassasse a situação e se pusesse a acta a votação.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão usou da palavra para dizer que a ordem de trabalhos não se referia à aprovação desta acta (entenda-se a Acta nº 11), mas apenas se referia à acta da assembleia anterior (Acta nº 12), concluindo por isso que nenhum prejuízo haveria se fosse aprovada na próxima Assembleia.

O Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos referiu que da ordem de trabalhos não constava nenhum ponto para aprovação daquela acta. Como tal, questionou se era legalmente possível aprovar esta mesma acta. Referiu ainda que a acta em questão reflectia, por um lado, várias omissões, e por outro lado, muitas incorrecções nas suas intervenções. Como também não teve acesso às emendas dessa acta, “entende que não a poderá votar”.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão usou da palavra para propor que na próxima assembleia se inserisse um ponto na ordem dos trabalhos para aprovação da acta da Assembleia datada de vinte e sete de Junho de 2003.

O Senhor Presidente fez uma proposta à Assembleia a fim de a mesma decidir se a acta nº 11 devia ser posta ou não à votação, nesta sessão da Assembleia.

Após a votação foram obtidos os seguintes resultados: 9 votos contra; 3 abstenções e 7 votos a favor.

Nestes termos, não se pôs à votação nesta sessão, a Acta nº 11.

O Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos referiu que do ponto de vista ético ninguém, seja qual for o seu partido e que tenha verificado existirem erros nas suas intervenções e constantes da Acta nº 11, se não enviar as suas propostas de correcção, não poderá por em causa a votação da mesma.

O Senhor Presidente da Assembleia esclareceu que a acta a corrigir é a que existe na redacção distribuída a todos os deputados, estabelecendo como prazo limite para o envio das correcções a efectuar à citada acta, o dia 20 de Janeiro de 2004.

O Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso referiu que, dado as suas intervenções constarem da cassette, não irá enviar as correcções.

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia solicitou ao Senhor 2º Secretário que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

efectuasse a leitura da acta nº 12, uma vez que não foi previamente distribuída.

Após a leitura da acta, usou da palavra o Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos para salientar que na última Assembleia interveio mais do que uma vez, além do que disse mais coisas do aquelas que constam da acta. Disse ainda que é essencial anexar às actas, os documentos que os Srs. Deputados apresentam na Assembleia, isto porque, “são importantes para discutir os problemas que se levantam no futuro, e sempre fica a prova de que em determinado momento aquele deputado se referiu àquele problema”.

O Senhor Deputado João Lucas Leitão usou da palavra para concordar com o Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos e para salientar que não se pode sintetizar ao máximo aquilo que é dito nas Assembleias; pois estão em falta algumas das suas intervenções, como por exemplo: a sua referência à proposta de revisão do P.D.M., onde estão a ser criadas bolsas de habitação ou de loteamento realizados a custos controlados, onde será importante ter em atenção que algumas pessoas se podem aproveitar para especular.

O Senhor Deputado Umberto Massano Leitão solicitou também que se fizessem as necessárias correcções, no que diz respeito às suas intervenções relativas à Comissão de Festas de Santa Eufêmia e ao Rancho Folclórico da Casa do Povo. (Foram feitas as devidas correcções no momento).

O Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso usou da palavra para referir que no parágrafo onde se refere uma sua intervenção relativa ao contrato realizado entre a Câmara Municipal e a empresa Águas Zêzere e Côa, nunca insinuou que a Câmara estava a fazer favores a alguém. Por outro lado considerou que a resposta do Senhor Presidente da Câmara que consta da acta a esta sua intervenção, é ofensiva. Referiu ainda o Senhor Deputado que tal resposta do Senhor Presidente, deve ser retirada da acta. Obtidos os devidos esclarecimentos de ambos os intervenientes, a acta foi corrigida no local próprio.

Usou da palavra a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão para referir que existem muitas omissões na acta relativamente, ao que se passou na última Assembleia. Pois a Senhora Deputada aludiu a várias questões a que não se lhe faz nenhuma referência, tais como: os subsídios; às questões levantadas acerca do projecto de concurso de anúncio público a lançar para a abertura do concurso público para a entrada da vila; falou de dados específicos acerca da feira do Mundo Rural. Referiu ainda que “a sua bancada falou ainda: da Lei de Bases da Política de Ordenamento e no projecto de alteração dos Planos Municipais”. A Senhora Deputada referiu ainda que “questionou a Câmara Municipal acerca da aprovação dos loteamentos, pois desejava saber (uma vez que constam da respectiva acta da reunião da Câmara) porque é que continuavam a levar às sessões de Câmara a aprovação de loteamentos, quando os poderes foram delegados no seu Presidente e este, por sua vez, delegou nos seus Vereadores”. Referiu ainda que, pediu esclarecimentos sobre a reaprovação de um loteamento e sobre a abertura do concurso público do P.D.M. Por fim, fez uma alusão à intervenção do município José Duarte Sabugueiro Batista, isto porque ele referiu na última Assembleia, uma coisa muito importante que deveria constar da acta pois, o Senhor José disse que “havia favorecimento pessoal em determinadas obras no freguesia de Sameiro”.

O Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos interveio para referir que se lembra que o Senhor José foi muito confuso na sua explanação e que a própria mesa da Assembleia lhe disse para colocar a sua intervenção por escrito, ao que o município



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

assentiu. Por outro lado, acrescentou ainda o Senhor Deputado que só pode votar favoravelmente esta acta, se lhe enviarem todos os documentos escritos que foram entregues à mesa e que não estão juntos à acta. Alertou também para que de futuro sejam sempre juntos à acta todos os documentos entregues pelos deputados na sessão da Assembleia Municipal respectiva e que a ela digam respeito.

O Senhor Presidente da Assembleia informou o Senhor Deputado que sempre pediu para que todos os documentos entregues à mesa fossem distribuídos juntamente com a acta, no entanto como houve esta falha irá ter em devida conta este aspecto.

O Senhor Deputado João Adelino Paixão Salvado entende que “tem havido muito tempo perdido no que respeita à discussão das actas e julga que será necessário encontrar uma solução para esta questão”.

Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi posta à votação a Acta nº 12 desta Assembleia, tendo sido obtida a seguinte votação: 7 votos contra; 2 abstenções e 10 votos a favor. Foi esta acta aprovada por maioria.

O Senhor Deputado Germano de Jesus Mamede Cleto e José Quaresma Domingos solicitaram que ficasse a constar desta acta que, o motivo da suas abstenções na votação acabada de citar, se ficou a dever às suas ausências da Assembleia a que esta acta se refere.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão apresentou uma Declaração de voto, que passou a ler e que a seguir se transcreve.

"DECLARAÇÃO DE VOTO

Pese embora a redacção cuidada e sequência lógica da redacção da acta, não a podemos votar favoravelmente já que a mesma enferma de omissões que consideramos pertinentes, nomeadamente a intervenção do munícipe José Duarte Sabugueiro, que lançou um repto a esta Assembleia Municipal, no sentido de "fazer alguma coisa" em Sameiro, pois afirmou que haveria favorecimento pessoal por parte do executivo, em relação a determinados munícipes.

Omite a questão colocada por esta bancada, sobre os fins que visam a revisão do P.D.M. em termos de desenvolvimento para o concelho, e quais os fins que o poder político elegeu como prioritários, e qual o conjunto de medidas que prevê e que se colocam em interdependência com o P.U.

Não menciona a resposta do Senhor Presidente da Câmara à pergunta colocada pela deputada Irene Leitão:

Porque é que havendo delegação de todas as competências delegáveis do executivo, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara Municipal, e conseqüentemente subdelegação das mesmas nos vereadores, com pelouros distribuídos, os pedidos de autorização de loteamento estão a ser aprovados pelo executivo municipal. Entre outras."

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Assembleia passou a ler uma resposta da Câmara Municipal à questão levantada pelo Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos na última reunião desta Assembleia, no que diz respeito à sinalização na estrada A23, onde se refere que a Câmara Municipal entrou em contacto com os técnicos da SCUTVIAS, no sentido de propor ao IEP uma solução adequada para a sinalização de Manteigas e da Serra da Estrela.

De seguida, o Senhor Presidente solicitou a todos os presentes que quisessem usar da palavra neste período, fizessem o favor de se inscrever.

O Deputado Germano de Jesus Mamede Cleto referiu-se à eventual criação e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

integração do Concelho numa futura Comunidade Urbana, referindo que não é muito entusiasta da solução, mas que reconhece que o Concelho não deve ficar isolado, dado que os nossos vizinhos, os Municípios da Cova da Beira, também a pretendem integrar. Acrescentou ainda que esta nova situação representa uma grande alteração no esquema da actual organização administrativa do país. Acrescentou ainda que, “antes de existir uma decisão sobre esta matéria, devia haver um esclarecimento na Assembleia Municipal, pois são muitos os problemas que se levantam, como por exemplo, no que toca às competências, à perda ou não de soberania, a articulação dos Concelhos, etc”. Sugeriu que numa futura Assembleia fosse debatido o problema. O Senhor Presidente da Assembleia informou que o Senhor Presidente da Câmara no momento próprio, irá esclarecer esta Assembleia.

Fez-se um intervalo de 10 minutos.

Retomados os trabalhos entrou-se no ponto do **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**, tendo-se inscrito para debater o ponto da Apreciação e Aprovação das Grandes Opções do Plano, os Srs. Deputados: Germano de Jesus Mamede Cleto, Carlos Manuel Abrantes Ferrão, Irene Paixão dos Santos Leitão, Germano da Graça Morais, José Manuel Novo de Matos e Albino Saraiva Cardoso.

O Senhor Deputado Germano de Jesus Mamede Cleto fez uma observação em relação à apresentação do Plano, pois acha estranho que se planifiquem actividades para o ano de 2006, que irão cair num eventual novo executivo, uma vez que no final de 2005 existirá novo acto eleitoral.

Pois, por essa lógica, no próximo ano ir-se-á planificar para o ano de 2007, sendo que assim, o próximo Executivo ficará adstrito a um planeamento que não é o seu. Referiu ainda que acha ambiciosos e saudáveis os planos para 2004. Relativamente ao Centro Histórico espera que vá para a frente. Sugeriu então que: “é prioritário que se avance com o aproveitamento dos espaços, mas deve existir uma ponderação cuidada, tendo em conta a opinião de todos os munícipes”.

O Senhor Deputado Carlos Manuel Abrantes Ferrão congratulou-se com o plano apresentado e fez votos para que seja executado tanto quanto possível.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão usou da palavra para questionar “porque é que o plano não consagra uma transferência de verbas para a Freguesia de São Pedro”.

O Senhor Deputado Germano da Graça Morais referiu que depois de analisar o plano, ficou espantado com o montante da transferência de verbas para a Freguesia de Sameiro, “pois há uma disparidade quanto ao montante atribuído para Vale de Amoreira”.

Referiu ainda que tinha já questionado o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Amoreira e não ficou totalmente esclarecido com a explicação que lhe foi dada. Concluiu que não se justifica que a transferência para Sameiro seja de mais cento e vinte por cento em relação à transferência para Vale de Amoreira, quando a Freguesia de Vale de Amoreira é mais necessitada neste momento do que a Freguesia de Sameiro.

O Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos começou por referir que o plano distribuído estava bem elaborado e neste momento só esperava que houvesse o mesmo cuidado na execução das obras previstas e que todas elas fossem executadas. Questionou então o Senhor Presidente da Câmara sobre qual o ponto de situação, neste momento (Dezembro de 2003), de cada uma das seguintes obras: o Ecocentro; o Arquivo Municipal; Mostra Gastronómica de Sameiro; Centro de Dia de Sameiro;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Jardim da Entrada da Vila; Ludoteca/Espaço Internet; Parque de Estacionamento do Centro Cultural de Santa Maria; entre outras, todas referidas na página nº 3 do Plano apresentado. Acrescentou ainda que “é falta de estratégia política, mediata e imediata, e até uma desvantagem prática para este Concelho, esta ideia de continuarem a pensar para o ano de 2004, no campo de Golfe. Isto ao contrário da Piscina Aquecida e Ringue de Gelo e reconstrução do Centro histórico, isto sim irá chamar e cativar pessoas”. Em relação ao projecto de execução da Estrada Regional 338, questionou também sobre se esse plano já está em fase de execução para que se realize essa obra, e caso fosse possível ter acesso ao plano, desejava que lhe fosse entregue durante o fim-de-semana. Salientou que é anti-ambiental a exploração de energia eólica no Corredor dos Mouros, pois não existe nenhum Parque Natural no mundo onde exista uma exploração de energia eólica. Daí a sua pergunta: “o Parque Natural da Serra da Estrela sabe deste projecto. Usou ainda da palavra para dar os parabéns pela forma atractiva como foi apresentada a agenda dos eventos para 2004, por ser uma tentativa de atrair pessoas para o nosso Concelho. No entanto, referiu que ficou um pouco triste, porque não se faz referência à Associação Cultural dos Amigos da Serra da Estrela e ao Nevestrela, momento em que visitam Manteigas cerca de 600 pessoas; pois nunca a Câmara Municipal de Manteigas deixou de apoiar aquela Associação e este evento. De salientar que também a Freguesia de São Pedro e Santa Maria sempre apoiaram o evento. O Senhor Deputado questionou então a Câmara sobre qual o motivo de este evento não constar da agenda apresentada.

O Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso referiu que na elaboração do plano deveria ter existido uma maior articulação com as colectividades do Concelho, pois assim teríamos um maior envolvimento e enriquecimento das nossas colectividades. Na apresentação do Plano reparou que muitas das obras só prevêem o seu começo para o próximo ano e isso deixa-o preocupado. Salientou que “Manteigas merece mais e todos nós também, pelo que não devemos apresentar um plano e no ano seguinte voltamos a repetir a mesma coisa, pois o desenvolvimento económico e social continua a diminuir e todos nós ficamos mais pobres”. Referiu que o plano deveria ser pró-activo e não um plano estanque, como o tem sido até aqui. Isto leva-o a pensar que sendo as eleições daqui a ano e meio, vamos ter um plano populista e eleitoralista. Todavia o seu desejo é que isto não aconteça. Referiu-se à Mostra Gastronómica de Sameiro, mas sinceramente queria que lhe explicassem, o que é que está acontecer aqui. Continuou o Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso para referir que está apreensivo com o que consta do mapa de encargos anuais, onde se referem as responsabilidades da Câmara para com as outras entidades, planos de investimento e amortizações, e vê que não existe amortização nenhuma. Assim como houve autorização desta Assembleia para a contratação de empréstimos para realizar obras previstas no plano de actividades e hoje sabemos que não foi utilizado nada. Esta Assembleia deu o seu acordo para que as obras avançassem, mas não avançaram. Fez então um apelo para que a Câmara faça obra, pois somos um Concelho carenciado, algo que se sente no contacto com as pessoas no dia-a-dia.

O Senhor Presidente da Assembleia deu então a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para que prestasse os esclarecimentos que entendesse por convenientes.

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder às questões e comentários proferidos pelos Srs. Deputados intervenientes, segundo a ordem das respectivas questões e intervenções. Relativamente à questão formulada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

pelo Senhor Deputado Germano de Jesus Mamede Cleto e no que toca à apresentação do plano de actividades, o Senhor Presidente explicou que as orientações que baseiam a apresentação do plano, não correspondem a metodologias próprias desta Câmara, equivalendo sim, a regras em vigor há já três anos, sintetizando que é uma nova formulação para apresentação de planos e orçamentos que as Câmaras de todo o país terão de respeitar. Agradeceu também que o Senhor Deputado tenha feito boas referências aos planos apresentados. No que toca aos velhos edifícios do CTT, localizados no Centro Histórico, salientou que já existe uma pré-configuração do que irá ser realizado nessa área, acrescentando que já está disponível toda a arquitectura, estando prevista a recuperação dos edifícios e a criação de um outro edifício para o fecho da malha urbana.

De seguida o Senhor Presidente da Câmara agradeceu as congratulações apresentadas pelo Senhor Deputado Carlos Manuel Abrantes Ferrão.

Relativamente à questão formulada pela Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, o Senhor Presidente da Câmara explicou que as transferências para as Freguesias de Sameiro e Vale de Amoreira, são transferências para despesas correntes, sendo que estas despesas correspondem à utilização de meios próprios das freguesias para a limpeza das ruas, tratamento de cemitérios, refeições nas escolas e apoio ao ensino primário e pré-primário, serviços estes realizados por pessoal para o efeito contratado pelas Juntas de Freguesias. Continuou o Senhor Presidente para referir que já foram propostas as mesmas condições às Juntas de Freguesia da sede do Concelho. Conclui então que “só por isso é que se verificam aquelas transferências para as Freguesias de Sameiro e Vale de Amoreira”.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que por outro lado, a transferência para a Junta de Freguesia de Santa Maria, corresponde ao montante de uma candidatura para a restauração de edifícios que foi realizada junto da Direcção Geral da Administração Local e essa verba só pode ser transferida, logo que existam os documentos comprovativos das despesas, que irão ser apresentados no ano de 2004, segundo compromisso do Senhor Presidente da Junta. Significando isto que, “para São Pedro há não transferências de capital. Mas não quer isto dizer que, intercaladamente, não possa ser negociado a limpeza da Vila de Manteigas com as suas duas Juntas de Freguesia”.

Relativamente aos esclarecimentos e questões atrás formuladas pelo Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos, o Senhor Presidente da Câmara informou que relativamente ao aproveitamento da energia eólica, “está a ser avaliado pela Câmara, em conjunto com o Parque Natural da Serra da Estrela, a avaliação do impacto ambiental de tal obra. No que toca à Estrada Regional 338 existe um projecto que se confina à área de Manteigas, onde ficará a cargo do nosso Município a estrada sita na área urbana. No que respeita à agenda cultural elaborada pela Câmara Municipal de Manteigas, houve o cuidado de pedir a todas as associações culturais e recreativas os seus programas de actividades, para que se fizesse uma outra brochura com as várias actividades organizadas pelas colectividades do Concelho. Mas tal não foi concretizado, porque se continua a aguardar que sejam enviados os respectivos programas para fazerem a sua divulgação, sendo inquestionável que o Nevestrela tem muita importância para o concelho”.

Passando à outra questão formulada pelo Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos, relativa ao estado das obras que estão a ser realizadas no Concelho, esclareceu que: “o Arquivo Municipal está a cinquenta por cento do seu total; a Mostra



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Gastronómica de Sameiro está a quarenta por cento do seu final; o Centro de Dia de Sameiro está em fase de ultimateção; o Arranjo do Jardim da Entrada da Vila está em fase de consignação; a Biblioteca/Ludoteca, está para se abrir o concurso; o Solar da Castanha espera as especialidades para se abrir concurso; o Parque de Estacionamento do Centro Cultural, estará pronto no prazo de 3 semanas; o Ecocentro já foi consignado, entrou na primeira fase de obras, mas em virtude da estrutura e da textura do terreno, a empresa responsável teve de efectuar nova medição dos trabalhos a mais, e como é obra apresentada no Tribunal de Contas, obrigatoriamente teve de parar, para se fazer um contrato adicional e ser novamente submetido ao Tribunal de Contas". O Senhor Presidente aproveitou a oportunidade para se referir a outras obras também enunciada na informação enviadas a todos os deputados, como por exemplo: a Piscina de Água Aquecida e Ringue de Gelo, onde já existe o projecto em fase definitiva e o estudo geomorfológico exigido pelo INATEL; para os edifícios velhos do CTT está projectada uma Escola de Música, Banda e espaço museológico, já existe a arquitectura destes espaços, mas falta conciliar alguns aspectos, como o protocolar com a Escola de Música e Banda no sentido de fazer com os mesmos alguma permuta do espaço a utilizar. Referiu ainda que a requalificação do Centro Histórico tem "uma história longa, já existindo os projectos concluídos. Uma vez que em tempos existiu alguma dificuldade de relação quer com a PT, quer com a EDP, relativamente ao que chamamos ao enterramento das linhas condutoras. Informou ainda os presentes de que foi aprovada uma lei que diz que aquelas entidades têm de cumprir com aquilo que a Câmara exige". Houve uma candidatura, juntamente com todos os municípios da Região de Turismo da Serra de Estrela, para serem consideradas todas as zonas históricas dos municípios, e em que fosse estipulada uma verba aproximada para todos os municípios (cerca de 800 mil euros), para que se façam as intervenções físicas nos cascos históricos.

Relativamente à questão levantada pelo Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso, o Senhor Presidente esclareceu que o plano é plurianual, porque é um plano a médio prazo. Ao longo dos diversos anos é necessário fazer uma reavaliação que se estende para o ano seguinte, em virtude das razões que assim o determinem e que nos são estranhas. Acrescentou o Senhor Presidente da Câmara que conter e gerir são práticas habituais desta Câmara e que só se pode fazer obra com aquilo que temos disponível, caso contrário teríamos os fornecedores à nossa porta. Constatou o Senhor Presidente que este ano foi um ano difícil uma vez, não houve aprovação das candidaturas apresentadas na região centro. Prevendo esta situação a Câmara foi aproveitando os empréstimos a que é possível nos termos da lei, recorrer. Referiu também que, "temos as contas em dia". Salientou o Senhor Presidente que, no que toca à estação de tratamento de águas a obra foi consignada, está em fase de estaleiro e crê que no final de 2004 estará pronta. Relativamente à Mostra Gastronómica de Sameiro, explicou que "é um local que antes existia, e como tem uma infra-estrutura ligada à restauração entendeu a Câmara Municipal que devia ser revitalizada. O promotor do projecto entendeu que o melhor seria chamar-se Mostra Gastronómica em virtude de ser constituída por um restaurante e sala de exposições de produtos gastronómicos da região".

Usou da palavra a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão para referir que do plano não consta a discriminação dos valores, agora referida pelo Senhor Presidente, relativamente aos montantes das transferências para as Juntas de Freguesia de Sameiro e Vale de Amoreira.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos usou da palavra para dizer que entre o PSD de Manteigas e o PSD que está no Governo Central, não existe nada de semelhante, antes pelo contrário, são antagónicos. Pois o PSD de Manteigas faz muitos projectos e salienta que não os pode levar por diante porque não tem dinheiro, o que, conclui, é uma realidade. Por outro lado o Governo Central deixou este ano quarenta por cento inutilizado dos Fundos Sociais Europeus, por não ter apresentado projectos a Bruxelas.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão pediu um esclarecimento para que lhe explicassem o motivo da mudança de nome da rubrica prevista no plano: "construção de um restaurante em Sameiro para Mostra Gastronómica de Sameiro". Pois segundo entendeu mudou a denominação para poder beneficiar de apoios a nível comunitário. Questionou então "se não será esta uma forma de desviar fundos comunitários que têm de ser afectos a determinados projectos para aplicar no investimento que é da competência dos privados". Fez ainda outra questão: "Depois quem é que vai explorar o restaurante em Sameiro"?

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para explicar à Senhora Deputada que se alterou o nome e o projecto. Pois o projecto inicial só referia a parte da restauração e houve dúvidas do gestor do projecto, para que pudesse ser aprovado. "Alterou-se então o projecto para que dele fizesse parte um restaurante e uma mostra de produtos gastronómicos".

Salientou ainda o Senhor Presidente que o que está em causa também é a recuperação de uma área degradada em Sameiro, onde a própria saúde pública pode ali correr algum risco.

O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para por à votação o ponto nº 3.1 da ordem dos trabalhos: Apreciação e Aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2004. Foi obtida a seguinte votação: 8 votos contra, 11 votos a favor e nenhuma abstenção.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão usou da palavra para ler uma declaração de voto do PS em relação ao Plano apresentado, que a seguir se transcreve.

"DECLARAÇÃO DE VOTO

Não podemos dizer que ficámos estupefactos ao analisarmos uma vez mais as opções do Plano e Orçamento para o ano de 2004. É mais do mesmo, servido com os acompanhamentos face às circunstâncias:

É o chavão esgotado do "constrangimento económico-financeiro do país".

São dez anos de promessas, sempre as mesmas, adiadas ano após ano, para as Calendas Gregas.

Dez anos é muito tempo... tempo por demais!

Tempo suficiente para se verem dados concretos, de mais e melhores condições de vida.

Os dados estatísticos provam-nos que o nosso concelho está mais pobre, que as pessoas têm cada vez menos poder de compra, é a Sales Index, (pg. 205, manual de geografia 11º A.R.I.B.J.B.) que o coloca no 10º lugar a contar do fim, entre todos os concelhos do país.

Não podemos falar neste momento de megalomania, nem de arrojo, nem de ambição, como já o fizemos ao analisarmos planos anteriores. Sobre este só nos oferece dizer:.. "é Nada", pois as opções que contém remontam a uma década, e desde então até hoje não houve capacidade de mais de 10% de concretização das mesmas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Por isto, e porque é altamente discriminatório em relação à freguesia de São Pedro, não podemos concordar com este plágio de plano de actividades; votamos contra."

O Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos usou da palavra para fazer uma declaração de voto: Refere que "votou favoravelmente porque continua na esperança de que o PSD local, diferente do PSD do Governo Central, tenha a capacidade de levar a bom termo todos os seus variados projectos apresentados. A sua esperança assenta em que até Dezembro de 2005, todos os projectos estejam concluídos".

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia pôs à votação da Assembleia uma proposta no sentido de que o plano fosse aprovado por minuta para produzir efeitos imediatos. Posta à votação foi aprovada por unanimidade.

Entrou-se então na discussão do ponto 3.2 da ordem dos trabalhos, **Aprovação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis.**

Usou da palavra o Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso para referir que, não obstante ter havido uma proposta da Associação Nacional de Municípios, em Manteigas aqui aconteceu o oposto, foi o Partido Socialista que fez a proposta. De seguida, questionou "porque é que foi o partido Socialista que teve de apresentar uma proposta e a Câmara não apresentou nenhuma outra". Referiu ainda que "esta situação lembra aquela de uma empresa, em que o sócio maioritário não apresenta proposta e depois aprova a do sócio minoritário".

O Senhor Deputado João Adelino Paixão Salvado solicitou ao Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso se podia explicitar a sua questão.

O Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso esclareceu que a sua pergunta foi: "O PS apresentou uma proposta e o PSD não apresentou proposta?"

O Senhor Deputado João Adelino Paixão Salvado referiu que da leitura da acta da Câmara ficou a entender que havia posições coincidentes entre o PS e PSD, daí ter sido aprovada.

O Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso afirmou que discorda do entendimento do Senhor Deputado João Adelino Paixão Salvado, pois ele não iria gerir uma coisa, proposta pelo seu opositor.

O Senhor Presidente da Câmara interveio para esclarecer o Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso que, "de acordo com a lei os executivos são formados por Vereadores, não são Vereadores da oposição nem do poder, são Vereadores". Em relação à matéria agora apresentada pelo Senhor Deputado, tem a dizer que o que se passou na reunião camarária, não foi como o agora apresentado. O que consta da acta foi a deliberação final. Continuou o Senhor Presidente: "Após comunicação da ANMP o Executivo em conformidade com o proposto por aquela associação, tinha uma proposta para que se aplicassem as taxas máximas. Apareceu então uma proposta de dois dos Srs. Vereadores José Manuel Barbosa Direito e Joaquim Quaresma Domingos". Quando apareceu esta proposta o Senhor Presidente, refere que, "notou que havia ali subjacente uma estratégia, que aliás surgiu agora nesta Assembleia. Estratégia esta, em que nós somos uns desgraçadinhos, não temos nada para apresentar, mas eles até apresentaram e estão a defender os pobrezinhos de Manteigas". O Senhor Presidente explicou que a lei refere que "desde que as pessoas não ganhem mais do que 2 salários mínimos e as suas casas não valham mais do que 10 vezes o seu rendimento anual, estão isentos do imposto". O Senhor Presidente depois de analisar e fazer as contas chegou à conclusão que estavam em causa a cobrança de menos 20 mil euros. Falou então com o Senhor Vice-Presidente que assentiu a retirar uma proposta que tinha feito. Desta forma foi então aprovada a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

proposta efectuada Senhores Vereadores José Manuel Barbosa Direito e Joaquim Quaresma Domingos. Referiu ainda que atendendo aos valores que deixariam de ser cobrados, votou a favor da proposta apresentada por aqueles Senhores Vereadores. Usou da palavra a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão para referir que se houve aproveitamento político, houve de ambos os lados, pois se o Senhor Presidente votou favoravelmente a proposta do PS, também pretendeu tirar dividendos. Salientou também que as ilações retiradas não estão correctas, pois o pedido de esclarecimento do Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso não ia para esse sentido.

O Senhor Presidente interveio para dizer que só se defendeu de uma provocação, quando o Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso perguntou: “Será que do sócio maioritário não havia nenhuma proposta”.

O Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso referiu que ao ser acusado de provocador se tem de defender, pois “juízos de valor não faz e não admite que ninguém dele os faça, logo as ilações do Senhor Presidente não são correctas”.

Posta à votação a proposta de aprovação das taxas de Imposto Municipal sobre os Imóveis, foi a mesma aprovada por unanimidade. De seguida o Senhor Presidente da Assembleia fez uma proposta para que a deliberação fosse aprovada por minuta para produzir efeitos imediatos. Posta à votação, foi aprovada por unanimidade.

Entrou-se então no ponto 3.3. **Autorização para a contratação de um empréstimo no valor de 88.011, 00 Euros.**

O Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos questionou sobre a finalidade da contratação deste empréstimo. Respondeu a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão dizendo que era para a concretização das obras previstas no plano.

Posta à votação, esta proposta foi aprovada por unanimidade.

O PS apresentou uma declaração de voto que a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão passou a ler e que a seguir se transcreve.

"DECLARAÇÃO DE VOTO

Aprovamos a autorização para a contratação do empréstimo de 88011,00 €, pois não queremos defraudar as expectativas do executivo, de concretizar com tal montante obras previstas no Plano de Actividades e Orçamento, já que estas são a fundamentação do mesmo. Ficamos expectantes em ver a realização de tais obras, com tal montante. Se as mesmas virem a luz do dia, aplaudiremos de pé a multiplicação dos Euros."

Entrou-se no ponto: **apreciação de qualquer outro assunto para o Concelho**

O Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos apresentou uma reclamação que o Senhor 1º Secretário passou a ler e que a seguir se transcreve.

"RECOMENDAÇÃO

Considerando que no Município de Manteigas, há grande abundância de água, que é património de todos os manteiguenses e que quando este aderiu à Empresa Águas Zêzere e Côa, o fez no pressuposto de que esta nos iria oferecer serviços de grande qualidade, não advindo daí qualquer prejuízo para a comunidade manteiguense.

Só nesta base compreende que a Assembleia Municipal, em 30 de Abril de 1999, tenha aprovado a adesão à referida empresa.

Mas a verdade é que volvidos 4 anos, a população de Manteigas, nada lucrou com isso e hoje está a pagar os custos de uma decisão impensada e precipitada, com grandes danos para o Concelho, tomada por aqueles que deveriam minuciosamente saber se isso era bom ou não para o bem-estar de todos nós, para tal é que foram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

eleitos.

Se isso tivesse acontecido, os munícipes não teriam sido brindados com um aumento brutal e injustificado das tarifas de água e do lixo, havendo infelizmente ainda a salientar a sua má qualidade.

Os aumentos nos vários escalões, cifraram-se em **36%**; **60%**; **100%**; e cerca de **300%** e foi criado o **5º escalão** que não existia, conforme tabela em anexo.

A Assembleia Municipal de Manteigas, reunida em 12 de Dezembro de 2003, em sessão ordinária, interpretando o sentimento generalizado dos seus munícipes, declara que está contra o aumento das tarifas da água e do lixo, decididas pelo executivo Camarário, ao invés daquilo que esta Assembleia tinha decidido em tempo oportuno. Recomenda à Câmara Municipal, que reponha o tarifário anterior."

Usou da palavra o Senhor Deputado Germano de Jesus Mamede Cleto para referir que a água que nasce em Manteigas é do Concelho, não poderá existir uma apropriação das nascentes pela empresa Águas Zêzere e Côa, pois entende o Senhor Deputado que esta empresa só tem o direito ao transporte da água.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão referiu que a reclamação vai no sentido do que ela sente e a generalidade dos Manteiguenses também. Tal como a proposta se encontra (versão originária) refere que, para se poder introduzir alterações ao contrato tem de existir a anuência de todos os contraentes e isso é muito difícil. O que a Senhora Deputada sugeriu é que se recomende à Câmara que reponha as tarifas anteriores tal como foi recomendado.

O Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos interveio então para reformular a sua recomendação, no sentido de que conste que reponha o tarifário anterior. (Foi a transcrita para esta acta).

Posta à votação a recomendação referida, foi obtida a seguinte votação: 9 votos contra; 1 abstenção e 9 votos a favor. O Senhor Presidente da Assembleia usando da qualidade que lhe assiste usa o seu voto de qualidade, votando contra a recomendação. Logo, foi rejeitada a recomendação.

O Senhor Presidente da Assembleia fez uma declaração de voto, onde referiu que "votou contra a recomendação, uma vez que já tinha sido recomendado nesta Assembleia que a Câmara procedesse a uma revisão de preços".

O Senhor Deputado José Quaresma Domingos, fez uma declaração de voto, onde referiu "que se absteve na votação, porque entende que se a Câmara tivesse de aceitar a recomendação, já o teria feito aquando da elaboração do Plano de Actividades".

Usou da palavra a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão para apresentar um requerimento por escrito ao Senhor Presidente da Assembleia, que passou a ler e que se encontra anexo a esta acta.

De seguida usou da palavra o Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso para solicitar um esclarecimento sobre o local a que se refere o Senhor Presidente da Câmara na sua informação, quando diz que foram reparadas as redes pluviais. Foi-lhe informado que o local em questão é no cimo das Rabitas.

O Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos deixou algumas sugestões, tais como: a necessária e urgente melhoria da entrada da vila, pois dá a sensação de muito pobre; a também necessária intervenção no Nicho de Santo Amaro, que apresenta um desleixo total.

O Sr Deputado José Quaresma Domingos alertou para a existência de águas pluviais que escorrem fora dos canais condutores no Bairro 25 de Abril, o que se traduz num



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

incómodo para toda a gente que ali passa. Alertou ainda para a falta de sinalização no cruzamento da ETAR.

O Senhor Deputado Carlos Manuel Abrantes Ferrão questionou da possibilidade se promover a Serra da Estrela junto da organização do Euro 2004.

Pediu a palavra para intervir o Senhor José Simão presente na sessão, que colocou a seguinte questão ao Senhor Presidente da Câmara: “no caso de vir a ser negociado o contrato das águas (entenda-se a água que é utilizada pela empresa Da Nascente), quem é que vai negociar? A Câmara Municipal ou a Águas Zêzere e Côa?” Respondeu o Senhor Presidente da Câmara, que é a Câmara Municipal, pois a água não é da empresa, nem as suas nascentes.

Explicou ainda que “o Governo Português apenas concedeu através do Ministério do Ambiente a concessão da exploração das águas em alta àquela empresa, não lhe dando nenhuma titularidade de posse sobre as mesmas”.

O Senhor Presidente manifestou os votos de um bom Natal a todos os presentes.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, pelo que deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida, comentada e votada, será assinada.
